

Cineasta vai à Justiça contra a extinta Embrafilme

Pedro Jorge quer cobrar prejuízo de 75 mil dólares pelas despesas de seu filme aprovado em concurso

A Embrafilme fechou as portas, apagam as luzes, mas tão cedo não descansará em paz. Há quem esteja em vias de processar a empresa por irregularidades cometidas antes de sua extinção. O cineasta e professor de cinema da UnB Pedro Jorge de Castro pretende entrar na Justiça para ser indenizado por um prejuízo de aproximadamente 75 mil dólares, total da despesa de produção de seu último filme, *O Calor da Pele*. O cineasta possui comprovantes de todos os gastos, que, de acordo com o contrato assinado com a estatal, deveriam ser divididos entre sua produtora, a Animatógrafo Ci-

nema e Video, e a Embrafilme.

Pedro Jorge assegura ter razões de sobra para reivindicar seus direitos junto à Justiça. Em novembro de 1987, foi realizado pela Embrafilme concurso público de projetos cinematográficos. Em fevereiro de 1988, a empresa já tinha divulgado os nomes dos cineastas cujos projetos haviam sido aprovados pela equipe de 25 profissionais encarregados da seleção. O projeto de *O Calor da Pele* estava entre eles.

Em maio do mesmo ano, a Embrafilme assinou contrato com dez cineastas, entre eles Pedro Jorge. No contrato ficou previsto o auxílio de produção de 50 por cento. *O Calor da Pele* teve o início de suas filmagens em junho de 1988, depois de ter sido adiado por quase um mês. Novas protelações estariam a caminho. A Embrafilme não liberaria um único centavo para a produção de *O Calor da Pele*.

Juros — Pedro Jorge garante que fará o filme se receber o que foi gasto com juros e correção monetária, além da multa contratual. "Mobili-

zamos artistas, figurinistas, técnicos, até os moradores de Maranguape, onde seria rodado o filme. Tivemos despesa com passagens aéreas, alimentação, hospedagem, transporte de equipamentos, para depois sermos obrigados a interromper as gravações", queixa-se Pedro. E sua queixa vai mais longe.

"O meu filme foi o único a não receber os recursos necessários previstos no contrato assinado com a Embrafilme", lamenta. Durante anos, o cineasta vem insistindo junto à administração da empresa na tentativa de recuperar o dinheiro perdido com o início da produção de *O Calor da Pele*. "Meu nome está em jogo. Meu filme era esperado no Nordeste. O sucesso de *Tigipió* me deu crédito junto às pessoas. Tudo isso está ameaçado com a impossibilidade de gravar *O Calor da Pele*", explica Pedro Jorge.

Para complicar mais a situação, a Embrafilme, segundo o cineasta, financiou projetos de diretores cariocas, inclusive daqueles que não haviam participado do concurso. "Não há moti-

vos para não terem me liberado a verba. Eles próprios aprovaram meu projeto. Nós assinamos um contrato. Em início de pré-produção. A possibilidade de fazer um novo filme me deu espaço na imprensa, que havia consagrado *Tigipió*, por que não cumpriram o contrato? Não dá para entender".

A pré-produção de *O Calor da Pele* significou, em termos de aquisição de produtos, um prejuízo calculado em 75 mil dólares, comprovados em notas fiscais, divididos em 700 litros de leite, três mil 150 iogurtes, 98 quilos de queijo, 400 garrafas de água mineral, 110 quilos de bolachas, 100 quilos de lícenito, 168 quilos de frango, 196 caixas de refrigerante e quatro mil 500 caixas de suco de frutas. "Perdemos tudo", conta Pedro.

Os 50 por cento que a Embrafilme deveria desembolsar seriam pagos à Animatógrafo Cinema e Video Ltda, parceladamente. Em abril, 20 por cento do valor total, em maio mais 20 por cento, no final de maio mais 20 por cento,

em junho, data prevista para o final das filmagens, mais 20 por cento. Em julho, com o copião pronto, dez por cento. Na mixagem, em agosto, cinco por cento e, finalmente, com a primeira cópia em mão, os últimos cinco por cento do valor total a ser liberado. Confiado na liberação dos recursos, Pedro Jorge iniciou seu trabalho. Em vão. Três anos depois, o liquidante enviou à Animatógrafo correspondência desanimadora.

"De acordo com os registros existentes nesta Empresa, não consta que V.Sa. estivesse comprovadamente em condição de receber parcelas dos contratos em questão". A carta foi escrita em 08 de julho deste ano. Munido de verdadeiro dossiê, Pedro Jorge pretende rever seus gastos que, "jamais foram sido feitos se eu não tivesse obtido garantia da Embrafilme que seria financiado em 50 por cento".

■ Luciano Milhomem